CLIPPING INTERNET

01/12/2022 ATÉ 01/12/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 BLOG EZEQUIAS MARTNS..... 1
1.2 SITE O MARANHENSE..... 2
2 CEMULHER
2.1 SITE O MARANHENSE..... 3
2.2 SITE O PROGRESSO..... 4
3 CONVÊNIOS
3.1 BLOG HORA EXTRA..... 5
4 DECISÕES
4.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS..... 6
4.2 BLOG CARLOS CRISTIANO..... 7
4.3 BLOG FILIPE MOTA..... 8
4.4 SITE G1 MARANHÃO..... 9
4.5 SITE IMIRANTE.COM..... 10
4.6 SITE INOTÍCIA..... 11
5 DESEMBARGADOR
5.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS..... 12
5.2 SITE G7 MARANHÃO..... 13
6 ESMAM
6.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 14
6.2 SITE IMIRANTE.COM..... 15
7 INSTITUCIONAL
7.1 BLOG ISAÍAS ROCHA..... 16
7.2 BLOG O INFORMANTE..... 17
7.3 PORTAL DO MUNIM..... 18
8 PRESIDÊNCIA
8.1 BLOG ALDIR DANTAS..... 19
8.2 SITE G7 MARANHÃO..... 20
8.3 SITE O MARANHENSE..... 21
9 UNIDADES ADMINISTRATIVAS
9.1 BLOG DIEGO EMIR..... 22

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
01/12/2022 - BLOG ALDIR DANTAS
POSITIVA
Corregedoria Geral de Justiça fará regularização fundiária em mais 73 municípios do Maranhão

Corregedoria Geral de Justiça fará regularização fundiária em mais 73 municípios do Maranhão

30 de novembro de 2022 Aldir Dantas
A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizou nesta terça-feira, 29, no auditório do Fórum de São Luís, solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica com 73 prefeituras municipais beneficiadas pelo Projeto "Registro para Todos", política pública adotada pelo órgão para promover o direito à moradia aos maranhenses que vivem em áreas ocupadas irregularmente.

A meta da Corregedoria do Judiciário é alcançar 30 mil regularizações fundiárias, beneficiando milhares de famílias com a titulação de imóveis por meio do projeto, que está sendo realizado em parceria institucional com o Governo do Estado, prefeituras municipais e cartórios de registro de imóveis nas cidades parceiras.

Na abertura da solenidade, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho lembrou que o projeto de Regularização Fundiária teve início na gestão do corregedor Paulo Velten, junto ao MATOPIBA-MG e ao Fórum Fundiário Nacional e enfatizou que o registro imobiliário é gratuito para o cidadão.

"É um Termo de Cooperação de Trabalho. Vamos trabalhar com o serviço judiciário, extrajudicial, Governo do Estado, Federação dos Municípios e Escola da Magistratura (...). Não é um serviço simples. É um serviço extremamente complexo. Trabalhamos com documentação, perícia, notificações, publicidade de editais, chamamento da população e dos vizinhos da demarcação e precisamos de uma secretaria para dar suporte às prefeituras", explicou o corregedor.

A solenidade reuniu o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten; o secretário da Casa Civil, Sebastião Madeira, representando o governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão; o defensor público geral do Estado, Gabriel Furtado; os juízes Raimundo Neres, diretor do Fórum e Douglas Lima da Guia, coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária (NRF) da CGJ-MA; a prefeita de Anapurus, Vanderly Nascimento Monteles, representante da Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM), promotor de Justiça Haroldo Paiva de Brito, titular da 1ª Promotor de Justiça de Conflitos Agrários; Lucas Semeghini, titular do 4º Registro de Imóveis de São Luís, representante da ANOREG-MA, prefeitos municipais, procuradores de Justiça dos municípios e cartorários.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

"O problema da Regularização Fundiária no país não é novo e resulta de uma série de políticas que foram iniciadas, tentadas, mas fracassadas, por falta de vontade política, sobretudo, de homens e mulheres públicas, que estiveram à frente do processo", observou o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, acrescentando que a Reforma Agrária foi esquecida pelo poder público no Brasil. Para o presidente, a Regularização Fundiária é uma política pública necessária e prioritária para o desenvolvimento dos municípios, para assegurar a moradia digna para suas populações, dentre outros direitos.

As autoridades presentes assinaram o Termo de Cooperação Técnica, que formaliza a parceria visando ao início das ações. A próxima etapa do projeto será o início das atividades nos municípios. As ações estão previstas para

começar em janeiro de 2023. Cada município beneficiado vai elaborar um plano de trabalho descrevendo as etapas e os prazos, propor a legislação para o Poder Legislativo Municipal e treinar os seus servidores, em curso oferecido pela ESMAM. Será obedecida a ordem cronológica de apresentação desses planos, para o início das atividades.

Segundo o coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária, juiz Douglas Lima da Guia, “a celebração dos termos de cooperação resulta de várias forças que primam por um bem maior – o direito à cidadania, com destaque para o papel do gestor do município que, ao aderir ao programa, reconhece o significado da importante política pública social”.

“Essa parceria com o Poder Judiciário é inédita e fecha o ciclo do projeto unindo os registradores como importantes parceiros. Temos que avançar agora com a estruturação do núcleo com pessoal vinculado aos municípios para que o projeto realmente se viabilize”, declarou a juíza Ticiany Maciel Palácio, auxiliar da CGJ-MA responsável pelo setor das serventias extrajudiciais da CGJ-MA.

MUNICÍPIOS QUE ASSINARAM O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Assinaram o Termo de Cooperação Técnica prefeitos, procuradores de Justiça e registradores dos municípios de Açailândia, Afonso Cunha, Alcântara, Alto Parnaíba, Anajatuba, Anapurus, Apicum Açu, Axixá, Bacurituba (São Bento), Barreirinhas, Bela Vista, Bom Jardim, Buriticupu, Buriti Bravo, Campestre do Maranhão, Cantanhede, Carolina, Capinzal do Norte, Chapadinha, Codó, Davinópolis, Dom Pedro, Formosa da Serra Negra, Governador Edison Lobão, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Humberto de Campos, Itapecuru-Mirim, Joselândia, Lima Campos, Maracaçumé, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Monção, Montes Altos, Morros, Nova Colinas, Nova Olinda, Paraibano, Paulino Neves, Paulo Ramos, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Raposa, Ribamar Fiquene, Santo Amaro, Santa Filomena, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão; São Francisco do Maranhão; São João do Caru; São João do Paraíso; São Luís, São Mateus do Maranhão, São Pedro dos Crentes, São Vicente Férrer, Senador La Rocque, Serrano do Maranhão, Sítio Novo, Tasso Fragoso, Timbiras, Timon, Tuntum, Turilândia, Vargem Grande, Viana e Vila Nova dos Martírios.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça

Por força de uma Reintegração de Posse, centenas de famílias são obrigadas a desocupar fazenda em Açailândia

01/12/2022 09:01:46

Nesta quarta-feira (30), foi realizada uma ação de reintegração de posse em uma área localizada na região do 50° Bis, zona rural de Açailandia. Cerca de 150 famílias, que ocupavam a Fazenda São Bento, há um ano, tiveram que deixar o local.

A área, que fica a 35 quilômetros da sede no município, foi cercada por policiais militares durante todo o dia, além de várias carretas da empresa Suzano, que alega ser a proprietária do terreno.

Na decisão de reintegração de posse, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), considerou que a ocupação aconteceu após o período crítico da pandemia e em áreas de reserva legal. A fazenda tem 12 mil hectares e, segundo a empresa, mais da metade é área de preservação ambiental.

Na decisão judicial, consta que, após a ocupação das famílias, foram verificadas áreas de desmatamento e queimadas, além de constatados crimes ambientais como a apreensão de pássaros e animais silvestres.

Há um ano a empresa registrou um boletim de ocorrência da invasão e segundo o documento que determinou a saída das famílias, houve resistência dos ocupantes em ouvir propostas de acordo para uma desocupação amigável.

O que diz a empresa Suzano
Por meio de nota, a empresa afirmou que reconhece a relevância da sua presença nas regiões onde atua e sempre prioriza o diálogo aberto e transparente, de maneira equilibrada, e que segue rigorosamente a legislação brasileira e as melhores práticas socioambientais.

Sobre o caso da fazenda São Bento, a empresa alega que a área "onde foi realizada a ação estava ocupada irregularmente e vinha sendo alvo de atividades ilegais e danosas, tanto ao meio ambiente, colocando em alto risco as áreas de preservação ambiental, quanto às comunidades do seu entorno".

Além disso, a Suzano afirmou que seguiu rigorosamente todos os trâmites legais para a execução da reintegração de posse, inclusive visando garantir uma reintegração humanizada.

"Para tanto, contratou uma instituição empresarial que, durante o processo de reintegração, realiza a gestão social, reduzindo os impactos causados pela ação, trazendo uma abordagem humanizada e apresentando medidas de gestão cabíveis aos ocupantes", afirmou a empresa, por meio de nota.

Por fim, a Suzano declarou que, após a reintegração da área, ela "pretende não só retomar suas atividades produtivas, gerando trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento do estado, como também continuar

seus investimentos sociais e ambientais em todo território. Esta é uma região de extrema importância para os maranhenses e nós da Suzano trabalharemos sempre para cooperar com o crescimento sustentável da região", finalizou.

Tribunal de Justiça elege novos magistrados para o TRE

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria “desembargador”, com 29 votos.

Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria “juiz”.

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 – TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. “Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente”, comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. “Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance”, concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

AÇAILÂNDIA: CERCA DE 700 FAMÍLIAS SÃO RETIRADAS DE ÁREA ASSENTADA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO

carlos cristiano Carlos Cristiano novembro 30, 2022

Mais de 300 policiais estão na região do assentamento 50 Bis, no Assentamento Sol Nascente, para dar cumprimento a reintegração de posse da terra que estava sendo ocupada há mais de 3 anos.

Cerca de 700 famílias estavam ocupando a área dentro da fazenda São Bento, no assentamento Sol Nascente, região do 50 Bis, zona rural de Açailândia.

A empresa SUZANO Papel e Celulose, dona da área ocupada, conseguiu na justiça a retirada das famílias que ali estavam ocupando.

RELEMBRE O CASO

AÇAILÂNDIA: 700 FAMÍLIAS REIVINDICAM TERRAS NA ÁREA DO 50 BIS

A força policial chegou logo no início da manhã desta quarta-feira 30, pronta para desocupar a área, felizmente não foi necessário a utilização da força policial, as famílias saíram sem que a polícia utilizasse da força.

“Não houve feridos nem prisões”.

Carlos Brandão faz coletiva de imprensa para anunciar a Abertura do Natal do Maranhão 2022

01/12/2022 07:13:37

Será realizada, nesta sexta-feira (2), no auditório do Palácio dos Leões, uma coletiva de imprensa para dar detalhes sobre a programação e atividades do Natal do Maranhão 2022.

O Natal do Maranhão 2022 é uma realização do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cultura e vai acontecer em 20 bairros da capital e zona rural, e em mais 20 cidades maranhenses.

Além das programações, uma decoração especial de Natal abrilhanta o Centro de São Luís, a exemplo da Praça dos Pescadores, portal de entrada da cidade, Praça Dom Pedro II, Palácio dos Leões, Prédio da JUCEMA, Palácio Episcopal, Igreja da Sé, Secretaria de Turismo, Edifício João Goulart, Tribunal de Justiça, Praça dos Catraeiros, Praça Nauro Machado, Praça Deodoro, Biblioteca Pública, além do Forte Santo Antônio (na Ponta d'Areia). A programação do Natal na capital ocorrerá em 6 pontos com várias atividades.

A coletiva de imprensa contará com a participação do governador Carlos Brandão; do secretário Yuri Arruda e de representantes das secretarias e autarquias parceiras do evento.

SERVIÇO

O quê: Abertura do Natal do Maranhão 2022;
Quando: Sexta-feira (2), às 9h;
Onde: Auditório do Palácio dos Leões.

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ESMAM
01/12/2022 - BLOG EDUARDO ERICEIRA
POSITIVA
Eleita nova diretoria da Escola da Magistratura

Eleita nova diretoria da Escola da Magistratura

O desembargador José de Ribamar Castro e a desembargadora Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro assumirão os cargos de diretor e vice-diretora

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) já tem definida a sua diretoria para o biênio 2023/2024. Foram eleitos, em sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (30), o desembargador José de Ribamar Castro e a desembargadora Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, que assumirão, respectivamente, os cargos de diretor e vice-diretora.

O nome do desembargador Ribamar Castro foi indicado pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten Pereira, e aclamado por unanimidade pelos demais desembargadores que compõem a Corte estadual de Justiça. O diretor eleito teve a prerrogativa de escolher a vice-diretora, convidando Sonia Amaral para o cargo.

Velten parabenizou a nova diretoria, desejando-lhes êxito na condução do trabalho na ESMAM. “Castro tem uma vida dedicada à academia. Tive a honra e a alegria de tê-lo como vice-diretor no período em que fui gestor da ESMAM, e posso atestar sua competência, compromisso e capacidade para dar continuidade ao belíssimo trabalho que vendo sendo desenvolvido pelo desembargador Jorge Figueiredo”, enfatizou.

Castro agradeceu o reconhecimento da Corte e disse que assumirá o compromisso e empenhará esforços para dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido e aprimorado há anos, pelos gestores que o antecederam. "Honrarei a confiança de todos, contribuindo para que a ESMAM continue sendo centro de excelência na formação dos nossos magistrados, magistradas e de todo corpo funcional do Judiciário”, declarou.

Para a desembargadora Sônia Amaral, a nova parceria deverá agregar ainda mais resultados à escola judicial. “Fiquei muito honrada pela indicação do meu nome. Eu e Castro já caminhamos juntos há algum tempo no âmbito da academia. Agora, tentaremos dar o melhor e estar à altura das gestões anteriores, acrescentando algo mais à exitosa trajetória da ESMAM”, disse.

A indicação para os cargos é feita conforme orientação do Regimento Interno do Tribunal de Justiça (Art. 8º A, inciso VII).

A atual diretoria da ESMAM, que encerra o mandato em fevereiro de 2023, é composta pelo desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos e Josemar Lopes dos Santos, que exerce o cargo de vice-diretor.

Fundada há 36 anos, a escola judicial do Maranhão tem como missão promover a formação inicial e continuada da magistratura e dos profissionais do Judiciário maranhense, oferecendo serviços jurídico-educacionais para a comunidade, contribuindo para aumentar a efetividade na prestação jurisdicional por meio do ensino e da

pesquisa.

PERFIS

José de Ribamar Castro é graduado em Filosofia e Direito, e pós-graduado em Filosofia Contemporânea (UFMA) e Direito Processual Civil (UFPE). Professor adjunto de Direito Constitucional, Filosofia Geral e Direito de Família (UFMA); formador da ESMAM; membro da Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências; autor de Apontamentos de Organização Social e Política; Lampejos Medievais; Biografia de José Maria de Jesus Marques; Tutela Antecipada e Breves Considerações Históricas sobre a Justiça Militar no Maranhão.

Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro é graduada em Direito, mestra em Ciências Jurídicas (Faculdade de Direito pela Universidade Clássica de Lisboa - FDUL) e em Políticas Públicas (UFMA), doutoranda em Direito (UNOESC-ESMAM); professora da disciplina de Juizado Especial Cível e Processo Penal da ESMAM.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
01/12/2022 - BLOG EZEQUIAS MARTNS
POSITIVA
Feira Nova do MA, agora tem Sala da Justiça!

Feira Nova do MA, agora tem Sala da Justiça!

O município de Feira Nova do Maranhão, vive uma nova história administrativa, com a gestão da prefeita Luiza Coutinho.

Sensível as causas de seu povo, a Gestora trabalha importantes parcerias que visa promover igualdade, inovação, inclusão e cidadania.

A exemplo do que estamos falando está a Casa da Justiça implantada no município, que a Gestora classificou como algo de grande importância.

"Dia histórico para nossa querida cidade de Feira Nova do Maranhão. Hoje inauguramos juntamente com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a Sala da Justiça, que é um programa da Corregedoria Geral de Justiça/TJMA.

O projeto tem como objetivo trazer o Judiciário para Municípios que não tem comarca própria. Com isso, todos os serviços judiciais virtuais poderão ser feitos na nossa sala da justiça, inclusive atos processuais como audiência," escreveu em suas redes sociais, a prefeita Luiza Coutinho, que escreve uma nova história de progresso e desenvolvimento para o município.

Por causa de Diego Baluz, via expressa é fechada e trânsito vira um caos

Secretário Diego Baluz descumpriu acordo e não conhece a situação do trânsito e transporte de São Luís.

O secretário é tão despreparado, que até uma decisão de 21 de de setembro de 2021, na qual o TJ-MA, julgou que a prefeitura é responsavel pela Via expressa, ele sequer sabe, e afirma que não realizou intervenções na Via, por causa de falta de autorização do governo do estado.

Pela falta de sinalização e faixas de pedestres, uma criança de 13 anos, foi atropelada e desde outubro, encontra-se internada em estado delicado no hospital Djalma Marques(socorrão1).

Por conta da omissão da prefeitura , manifestantes fecharam a duas avenidas da via expressa em forma de protesto.

Em tempo : a responsabilidade sobre a via expressa é unicamente da Prefeitura de São Luís !!!

COOPERAÇÃO - Famem e Poder Judiciário firmam parceria para regularização fundiária com 73 municípios

Publicado em dezembro 1, 2022 por Walkir Marinho
A Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) participou nesta terça-feira (29), da solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica com 73 prefeituras municipais beneficiadas pelo Projeto "Registro para Todos". A ação é uma iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CCJ-MA) em parceria com a Famem e outros órgãos e tem como objetivo promover o direito à moradia aos maranhenses que vivem em área ocupadas irregularmente. A solenidade foi realizada no no auditório do Fórum de São Luís.

A prefeita de Anapurus, Vanderly Monteles, representou a Famem na solenidade de assinatura do termo de cooperação técnica e destacou a importância da ação para a população que reside nos municípios maranhenses.

"Essa iniciativa possibilita a regularização de posses que estão em áreas de interesse social por um custo zero ou mesmo a custo irrisório para os nossos munícipes. Nós que estamos lá nos municípios sabemos o interesse e a vontade de cada dono de terra ter a documentação em cartório que lhe garanta a posse oficial da sua propriedade", pontuou.

A prefeita enfatizou o empenho da Famem para garantir que o processo de regularização fundiária seja concretizada em benefício da população maranhense. "A Famem está empenhada com toda sua equipe para orientar os municípios a como proceder para concretizar essa importante ação social. Vamos fazer nossa função municipalista de apoio a todos os prefeitos e, consequentemente, aos nossos munícipes", ressaltou.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, destacou que a regularização fundiária é uma política necessária e prioritária para o desenvolvimento dos municípios, para assegurar moradia digna para suas populações.

"O problema da Regularização Fundiária no país não é novo e resulta de uma série de políticas que foram iniciadas, tentadas, mas fracassadas, por falta de vontade política, sobretudo, de homens e mulheres públicas, que estiveram à frente do processo", observou Velten.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, lembrou que o projeto de Regularização Fundiária teve início na gestão do corregedor Paulo Velten, junto ao MATOPIBA-MG e ao Fórum Fundiário Nacional e enfatizou que o registro imobiliário é gratuito para o cidadão.

"É um Termo de Cooperação de Trabalho. Vamos trabalhar com o serviço judiciário, extrajudicial, Governo do Estado, Federação dos Municípios e Escola da Magistratura (…). Não é um serviço simples. É um serviço extremamente complexo. Trabalhamos com documentação, perícia, notificações, publicidade de editais, chamamento da população e dos vizinhos da demarcação e precisamos de uma secretaria para dar suporte às prefeituras", explicou o corregedor.

As autoridades presentes assinaram o Termo de Cooperação Técnica, que formaliza a parceria visando ao início

das ações. A próxima etapa do projeto será o início das atividades nos municípios. As ações estão previstas para começar em janeiro de 2023. Cada município beneficiado vai elaborar um plano de trabalho descrevendo as etapas e os prazos, propor a legislação para o Poder Legislativo Municipal e treinar os seus servidores, em curso oferecido pela ESMAM. Será obedecida a ordem cronológica de apresentação desses planos, para o início das atividades.

Assinaram o Termo de Cooperação Técnica, prefeitos, procuradores de Justiça e registradores dos municípios de Açailândia, Afonso Cunha, Alcântara, Alto Parnaíba, Anajatuba, Anapurus, Apicum Açu, Axixá, Bacurituba (São Bento), Barreirinhas, Bela Vista, Bom Jardim, Buriticupu, Buriti Bravo, Campestre do Maranhão, Cantanhede, Carolina, Capinzal do Norte, Chapadinha, Codó, Davinópolis, Dom Pedro, Formosa da Serra Negra, Governador Edison Lobão, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Humberto de Campos, Itapecuru-Mirim, Joselândia, Lima Campos, Maracaçumé, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Monção, Montes Altos, Morros, Nova Colinas, Nova Olinda, Paraibano, Paulino Neves, Paulo Ramos, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Raposa, Ribamar Fiquene, Santo Amaro, Santa Filomena, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão; São Francisco do Maranhão; São João do Caru; São João do Paraíso; São Luís, São Mateus do Maranhão, São Pedro dos Crentes, São Vicente Férrer, Senador La Rocque, Serrano do Maranhão, Sítio Novo, Tasso Fragoso, Timbiras, Timon, Tuntum, Turilândia, Vargem Grande, Viana e Vila Nova dos Martírios.

DOIS NOVOS MAGISTRADOS SÃO ELEITOS PARA O TRE/MA

Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho e o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foram os escolhidos
Por Isaias Rocha / Comentários (0)

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria “desembargador”, com 29 votos.

Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria “juiz”.

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 – TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. “Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente”, comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. “Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance”, concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho é eleito membro titular do TRE-MA

Por: O Informante
Data de publicação: 30/11/2022 - 14:32

Os desembargadores Ricardo Duailibe (vice-presidente), Paulo Velten (presidente do TJMA) e Gonçalo Filho (eleito membro-titular na categoria desembargador do TRE-MA)
foto/divulgação

O desembargador José Gonçalo de Sousa Filho foi eleito, nesta quarta-feira, 30, membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria "desembargador". O anúncio foi feito pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, na sessão plenária administrativa em que o desembargador Gonçalo obteve a vitória com 29 votos. José Gonçalo é irmão do deputado estadual reeleito Ariston Gonçalo, e do empresário Celso Gonçalo, recém eleito presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-MA.

Os irmãos José Gonçalo (desembargador membro titular do TRE-MA), Celso Gonçalo (presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-MA) e Ariston Gonçalo, deputado estadual reeleito.

Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".
A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça Paulo Velten.

Ao parabenizar os eleitos e desejar sucesso na nova missão, Paulo Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador Gonçalo Filho fará um bom trabalho, dando sequência ao trabalho desenvolvido pela desembargadora Angela Salazar (presidente do TRE-MA) e pelo desembargador José Luiz Almeida (vice-presidente e corregedor).

José Gonçalo agradeceu a todos os desembargadores e servidores por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve, e vamos procurar melhorar sempre", comentou.

Gonçalo agradeceu o convite do desembargador Paulo Velten, primeiro a chamá-lo para essa jornada, e ao desembargador Froz Sobrinho. "Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance", concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

O vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador José Luiz Almeida, falou da satisfação pessoal, na certeza de que será coletiva, na indicação dos iminentes colegas naquela Egrégia Corte. “Minha satisfação é plena de que juntos assumimos o compromisso de bem fielmente desempenhar nosso mister com o objetivo da melhor prestação jurisdicional à coletividade”, finalizou.

Tribunal de Justiça elege dois novos membros para o TRE-MA

POR PORTAL DO MUNIM · 01/12/2022

DESEMBARGADOR PAULO VELTEN COM DESEMBARGADOR E O JUIZ.

MARANHÃO – O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria "desembargador", com 29 votos. Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria "juiz".

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 – TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. "Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente", comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. "Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance", concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Angelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

O vice-presidente e corregedor do TRE-MA, desembargador José Luiz Almeida, falou da satisfação pessoal, na certeza de que será coletiva, na indicação dos eminentes colegas naquela Egrégia Corte. "Minha satisfação é plena de que juntos assumimos o compromisso de bem fielmente desempenhar nosso mister com o objetivo da melhor prestação jurisdicional à coletividade", finalizou.

Centenas de famílias são obrigadas a desocupar fazenda em Açailândia, após pedido de reintegração de posse

A área, que fica a 35 quilômetros da sede no município, foi cercada por policiais militares durante todo o dia, além de várias carretas da empresa Suzano, que alega ser a proprietária do terreno.
Por TV Mirante

30/11/2022 21h05
Justiça determina desocupação de área de reserva legal

Nesta quarta-feira (30), foi realizada uma ação de reintegração de posse em uma área localizada na zona rural de Açailândia, na Região Tocantina. Cerca de 150 famílias, que ocupavam a fazenda São Bento, há um ano, tiveram que deixar o local.

Centenas de famílias são obrigadas a desocupar fazenda em Açailândia, após pedido de reintegração de posse — Foto: Reprodução/TV Mirante
Centenas de famílias são obrigadas a desocupar fazenda em Açailândia, após pedido de reintegração de posse — Foto: Reprodução/TV Mirante

A área, que fica a 35 quilômetros da sede no município, foi cercada por policiais militares durante todo o dia, além de várias carretas da empresa Suzano, que alega ser a proprietária do terreno.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp
Compartilhe esta notícia no Telegram
Na decisão de reintegração de posse, o Tribunal de Justiça do Maranhão considerou que a ocupação aconteceu após o período crítico da pandemia e em áreas de reserva legal. A fazenda tem 12 mil hectares e, segundo a empresa, mais da metade é área de preservação ambiental.

Na decisão judicial, consta que, após a ocupação das famílias, foram verificadas áreas de desmatamento e queimadas, além de constatados crimes ambientais como a apreensão de pássaros e animais silvestres.

Há um ano a empresa registrou um boletim de ocorrência da invasão e segundo o documento que determinou a saída das famílias, houve resistência dos ocupantes em ouvir propostas de acordo para uma desocupação amigável.

A TV Mirante não conseguiu falar com os representantes das famílias que foram despejadas. E o Tribunal de Justiça do Maranhão, assim como a Polícia Militar, não se manifestaram sobre o caso.

O que diz a empresa Suzano
Por meio de nota, a empresa afirmou que reconhece a relevância da sua presença nas regiões onde atua e sempre prioriza o diálogo aberto e transparente, de maneira equilibrada, e que segue rigorosamente a legislação brasileira e as melhores práticas socioambientais.

Sobre o caso da fazenda São Bento, a empresa alega que a área “onde foi realizada a ação estava ocupada irregularmente e vinha sendo alvo de atividades ilegais e danosas, tanto ao meio ambiente, colocando em alto risco as áreas de preservação ambiental, quanto às comunidades do seu entorno”.

Além disso, a Suzano afirmou que seguiu rigorosamente todos os trâmites legais para a execução da reintegração de posse, inclusive visando garantir uma reintegração humanizada.

“Para tanto, contratou uma instituição empresarial que, durante o processo de reintegração, realiza a gestão social, reduzindo os impactos causados pela ação, trazendo uma abordagem humanizada e apresentando medidas de gestão cabíveis aos ocupantes”, afirmou a empresa, por meio de nota.

Por fim, a Suzano declarou que, após a reintegração da área, ela “pretende não só retomar suas atividades produtivas, gerando trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento do estado, como também continuar seus investimentos sociais e ambientais em todo território. Esta é uma região de extrema importância para os maranhenses e nós da Suzano trabalharemos sempre para cooperar com o crescimento sustentável da região”, finalizou.

Dois novos magistrados são eleitos para o TRE/MA

Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho e o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foram os escolhidos

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeu, na manhã desta quarta-feira (30/11), o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), na categoria “desembargador”, com 29 votos.

Na mesma sessão, o juiz Ângelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria “juiz”.

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 – TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

Após anunciar o resultado final, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten parabenizou os eleitos, desejando muito sucesso na nova empreitada que tem início no ano de 2023. Velten ressaltou não ter dúvida de que o desembargador José Gonçalo Filho fará um excelente trabalho, contribuindo para o que já está sendo desenvolvido na Corte eleitoral, atualmente, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

O desembargador José Gonçalo Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. “Farei tudo o que estiver ao meu alcance, para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar continuamente”, comentou.

O magistrado agradeceu, em especial, ao desembargador Paulo Velten, pelo incentivo para que participasse do pleito para o ingresso à Corte eleitoral, e também, ao apoio do desembargador Froz Sobrinho. “Fico feliz por ter conseguido a maioria dos votos para ser conduzido àquela Corte. Farei tudo o que estiver ao meu alcance”, concluiu.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, parabenizou o desembargador José Gonçalo, e o juiz Ângelo Santos, concluindo que o TRE-MA só tem a ganhar com a escolha desses novos membros.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
01/12/2022 - SITE G7 MARANHÃO
POSITIVA
Famem e Poder Judiciário firmam parceria para regularização fundiária com 73 municípios

Famem e Poder Judiciário firmam parceria para regularização fundiária com 73 municípios

A ação é uma iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão em parceria com a Famem e outros órgãos

A Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) participou nesta terça-feira (29), da solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica com 73 prefeituras municipais beneficiadas pelo Projeto "Registro para Todos". A ação é uma iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CCJ-MA) em parceria com a Famem e outros órgãos e tem como objetivo promover o direito à moradia aos maranhenses que vivem em área ocupadas irregularmente. A solenidade foi realizada no no auditório do Fórum de São Luís.

A prefeita de Anapurus, Vanderly Monteles, representou a Famem na solenidade de assinatura do termo de cooperação técnica e destacou a importância da ação para a população que reside nos municípios maranhenses.

"Essa iniciativa possibilita a regularização de posses que estão em áreas de interesse social por um custo zero ou mesmo a custo irrisório para os nossos munícipes. Nós que estamos lá nos municípios sabemos o interesse e a vontade de cada dono de terra ter a documentação em cartório que lhe garanta a posse oficial da sua propriedade", pontuou.

A prefeita enfatizou o empenho da Famem para garantir que o processo de regularização fundiária seja concretizada em benefício da população maranhense. "A Famem está empenhada com toda sua equipe para orientar os municípios a como proceder para concretizar essa importante ação social. Vamos fazer nossa função municipalista de apoio a todos os prefeitos e, consequentemente, aos nossos munícipes", ressaltou.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, destacou que a regularização fundiária é uma política necessária e prioritária para o desenvolvimento dos municípios, para assegurar moradia digna para suas populações.

"O problema da Regularização Fundiária no país não é novo e resulta de uma série de políticas que foram iniciadas, tentadas, mas fracassadas, por falta de vontade política, sobretudo, de homens e mulheres públicas, que estiveram à frente do processo", observou Velten.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, lembrou que o projeto de Regularização Fundiária teve início na gestão do corregedor Paulo Velten, junto ao MATOPIBA-MG e ao Fórum Fundiário Nacional e enfatizou que o registro imobiliário é gratuito para o cidadão.

“É um Termo de Cooperação de Trabalho. Vamos trabalhar com o serviço judiciário, extrajudicial, Governo do Estado, Federação dos Municípios e Escola da Magistratura (…). Não é um serviço simples. É um serviço extremamente complexo. Trabalhamos com documentação, perícia, notificações, publicidade de editais, chamamento da população e dos vizinhos da demarcação e precisamos de uma secretaria para dar suporte às prefeituras”, explicou o corregedor.

As autoridades presentes assinaram o Termo de Cooperação Técnica, que formaliza a parceria visando ao início das ações. A próxima etapa do projeto será o início das atividades nos municípios. As ações estão previstas para começar em janeiro de 2023. Cada município beneficiado vai elaborar um plano de trabalho descrevendo as etapas e os prazos, propor a legislação para o Poder Legislativo Municipal e treinar os seus servidores, em curso oferecido pela ESMAM. Será obedecida a ordem cronológica de apresentação desses planos, para o início das atividades.

Assinaram o Termo de Cooperação Técnica, prefeitos, procuradores de Justiça e registradores dos municípios de Açailândia, Afonso Cunha, Alcântara, Alto Parnaíba, Anajatuba, Anapurus, Apicum Açu, Axixá, Bacurituba (São Bento), Barreirinhas, Bela Vista, Bom Jardim, Buriticupu, Buriti Bravo, Campestre do Maranhão, Cantanhede, Carolina, Capinzal do Norte, Chapadinha, Codó, Davinópolis, Dom Pedro, Formosa da Serra Negra, Governador Edison Lobão, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Humberto de Campos, Itapecuru-Mirim, Joselândia, Lima Campos, Maracaçumé, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Monção, Montes Altos, Morros, Nova Colinas, Nova Olinda, Paraibano, Paulino Neves, Paulo Ramos, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Raposa, Ribamar Fiquene, Santo Amaro, Santa Filomena, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão; São Francisco do Maranhão; São João do Caru; São João do Paraíso; São Luís, São Mateus do Maranhão, São Pedro dos Crentes, São Vicente Férrer, Senador La Rocque, Serrano do Maranhão, Sítio Novo, Tasso Fragoso, Timbiras, Timon, Tuntum, Turilândia, Vargem Grande, Viana e Vila Nova dos Martírios.

VÍDEO: Centenas de famílias são despejadas de fazenda em Açailândia

Ação de reintegração de posse foi cumprida com suporte da Polícia Militar.
Tatyna Viana / Imirante

30/11/2022 às 20h50
Mais de 150 famílias ocupavam a fazenda São Bento, em Açailândia.
Mais de 150 famílias ocupavam a fazenda São Bento, em Açailândia. (Reprodução / Redes Sociais)
AÇAILÂNDIA - Uma área localizada na zona rural do município de Açailândia, a 562 km de São Luís, foi cercada por policiais militares nesta quarta-feira (30), durante uma ação de reintegração de posse. Mais de 150 famílias que ocupavam a fazenda São Bento há pelo menos um ano tiveram de deixar o local, que é propriedade da empresa Suzano.

Na decisão de reintegração de posse, consta que foram verificadas áreas de queimadas e desmatamentos após a ocupação das famílias, além de crimes ambientais. Há um ano, a empresa registrou um boletim de ocorrência da invasão, e, segundo a decisão do Tribunal de Justiça, houve resistência dos ocupantes em ouvir propostas de acordo para uma desocupação amigável.

A desembargadora Maria Francisca Gualberto considerou ainda que a ocupação aconteceu após o período crítico da pandemia e em áreas de reserva legal. A fazenda tem 12 mil hectares e, segundo a empresa, mais da metade é área de preservação ambiental.

Em nota à imprensa, a Suzano falou sobre o processo de reintegração de posse, ressaltando que seguiu todos os trâmites legais e apresentou medidas de gestão cabíveis aos ocupantes da fazenda.

Confira a nota na íntegra:

"A Suzano reconhece a relevância da sua presença nas regiões onde atua e sempre prioriza o diálogo aberto e transparente, de maneira equilibrada. Em qualquer ação nos territórios onde está presente, a Suzano prioriza relações amigáveis com as comunidades. Importante também destacar que a empresa segue rigorosamente a legislação brasileira e as melhores práticas socioambientais.

No caso mencionado, a área da Suzano onde foi realizada a ação estava ocupada irregularmente e vinha sendo alvo de atividades ilegais e danosas, tanto ao meio ambiente, colocando em alto risco as áreas de preservação ambiental, quanto às comunidades do seu entorno.

Importante reforçar que a empresa seguiu rigorosamente todos os trâmites legais para a execução da reintegração, inclusive visando garantir uma reintegração humanizada. Para tanto, contratou uma instituição empresarial que, durante o processo de reintegração, realiza a gestão social, reduzindo os impactos causados pela ação, trazendo uma abordagem humanizada e apresentando medidas de gestão cabíveis aos ocupantes.

Após a reintegração da área, a Suzano pretende não só retomar suas atividades produtivas, gerando trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento do estado, como também continuar seus investimentos sociais e ambientais em todo território. Esta é uma região de extrema importância para os maranhenses e nós da Suzano trabalharemos sempre para cooperar com o crescimento sustentável da região".

Assista ao vídeo:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ESMAM
01/12/2022 - SITE IMIRANTE.COM
POSITIVA
PERGENTINO HOLANDA - A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (...)

PERGENTINO HOLANDA

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão já tem definida a sua diretoria para o biênio 2023/2024. Foram eleitos, ontem, o desembargador José de Ribamar Castro e a desembargadora Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, que assumirão, respectivamente, os cargos de diretor e vice-diretora da entidade.

Centenas de famílias são obrigadas a desocupar fazenda em Açailândia, após pedido de reintegração de posse

Publicado em 01/12/2022 às 05:42
Por: Isisnaldo Lopes

Na última quarta-feira (30), foi realizada uma ação de reintegração de posse em uma área localizada na zona rural de Açailândia, na Região Tocantina. Cerca de 150 famílias, que ocupavam a fazenda São Bento, há um ano, tiveram que deixar o local.

A área, que fica a 35 quilômetros da sede no município, foi cercada por policiais militares durante todo o dia, além de várias carretas da empresa Suzano, que alega ser a proprietária do terreno.

Na decisão de reintegração de posse, o Tribunal de Justiça do Maranhão considerou que a ocupação aconteceu após o período crítico da pandemia e em áreas de reserva legal. A fazenda tem 12 mil hectares e, segundo a empresa, mais da metade é área de preservação ambiental.

Na decisão judicial, consta que, após a ocupação das famílias, foram verificadas áreas de desmatamento e queimadas, além de constatados crimes ambientais como a apreensão de pássaros e animais silvestres.

Há um ano a empresa registrou um boletim de ocorrência da invasão e segundo o documento que determinou a saída das famílias, houve resistência dos ocupantes em ouvir propostas de acordo para uma desocupação amigável.

A TV Mirante não conseguiu falar com os representantes das famílias que foram despejadas. E o Tribunal de Justiça do Maranhão, assim como a Polícia Militar, não se manifestaram sobre o caso.

O que diz a empresa Suzano

Por meio de nota, a empresa afirmou que reconhece a relevância da sua presença nas regiões onde atua e sempre prioriza o diálogo aberto e transparente, de maneira equilibrada, e que segue rigorosamente a legislação brasileira e as melhores práticas socioambientais.

Sobre o caso da fazenda São Bento, a empresa alega que a área “onde foi realizada a ação estava ocupada irregularmente e vinha sendo alvo de atividades ilegais e danosas, tanto ao meio ambiente, colocando em alto risco as áreas de preservação ambiental, quanto às comunidades do seu entorno”.

Além disso, a Suzano afirmou que seguiu rigorosamente todos os trâmites legais para a execução da reintegração de posse, inclusive visando garantir uma reintegração humanizada.

“Para tanto, contratou uma instituição empresarial que, durante o processo de reintegração, realiza a gestão social, reduzindo os impactos causados pela ação, trazendo uma abordagem humanizada e apresentando medidas de gestão cabíveis aos ocupantes”, afirmou a empresa, por meio de nota.

Por fim, a Suzano declarou que, após a reintegração da área, ela “pretende não só retomar suas atividades produtivas, gerando trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento do estado, como também continuar seus investimentos sociais e ambientais em todo território. Esta é uma região de extrema importância para os maranhenses e nós da Suzano trabalharemos sempre para cooperar com o crescimento sustentável da região”, finalizou.

g1/ma

Juíza auxiliar do CNJ realiza roda de conversa com mulheres negras em São Luís

01/12/2022 08:00:00

Buscando promover maior aproximação do Judiciário com a comunidade e conhecer de perto suas demandas relacionadas a direitos humanos, a juíza Karen Luise Vilanova Souza, auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), vinculada ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), promoveu roda de conversa nesta terça-feira (29), na Secretaria Estadual da Mulher (SEMU), sob organização da Rede de Mulheres Negras do Maranhão (REMNEGRA), com a participação de mulheres negras lideranças de movimentos sociais e representantes de entidades públicas.

A magistrada cumpre agenda institucional pelo DMF/CNJ junto ao Tribunal de Justiça (TJMA) e à Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), relacionada à implantação da Central de Regulação de Vagas, do Comitê de Políticas Penais e Apresentação da proposta do Projeto de Lei Estadual das Alternativas Penais, entre outros.

Participaram da Roda de Conversa a coordenadora local do Programa Fazendo Justiça/CNJ, Cláudia Gouveia; a secretária estadual da Mulher, Célia Salazar; a secretária estadual de Juventude, Tatiana Pereira; a professora e assessora da SEDIHPOP Silvane Magali; a representante do Comitê de Diversidade do TJMA e do Grupo de Estudos Feminismos Negros "Marielle Franco"; Joseane Cantanhede; a artista e representante do Grupo de Estudos Feminismos Negros "Marielle Franco", Lúcia Gato; a ialorixá e coordenadora do Coletivo Dan Eji, Jô Brandão; a diretora da Casa da Mulher Brasileira, Susan Lucena; representantes do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas, do Grupo de Mulheres Negras "Mãe Andresa" e comunidades quilombolas entre outras representantes do movimento negro.

A representante do Conselho Nacional de Justiça conversou com as mulheres negras conjugando a visita ao Maranhão aos "21 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres", promovidos no Brasil desde o Dia da Consciência Negra (20/11) até o Dia Internacional dos Direitos Humanos (10/12), com o envolvimento da sociedade civil e do Poder Público, incluindo Judiciário, Executivo e Legislativo.

Ela apresentou a própria experiência enquanto uma mulher negra exercendo o cargo de juíza no estado do Rio Grande do Sul, de maioria branca; pontuando problemáticas e situações que intensificam as violências contra homens e mulheres negros na sociedade.

A juíza também destacou iniciativas do Judiciário no combate ao racismo institucional e o papel do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário (ODH), que busca conferir maior capilaridade ao CNJ para chegar na ponta e conhecer de perto a realidade e as demandas de direitos humanos da sociedade, inclusive das mulheres negras, que são as principais vítimas de violência, feminicídios e que se encontram em maior proporção no sistema carcerário.

No último dia 25, na abertura abertura da reunião que marcou a retomada das atividades do Observatório, foi

apresentado pela ministra Rosa Weber o Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, que tem como diretrizes fomentar a representatividade racial, desarticular o racismo institucional, implementar políticas públicas baseadas em evidências e estabelecer articulação interinstitucional para ampliar o diálogo com órgãos do Sistema de Justiça e movimentos sociais organizados. "Dentro do DMF/CNJ pensamos como enfrentar as questões raciais, sendo muito importante pensar no encarceramento das mulheres, aqui fazemos esse exercício da escuta e me coloco à disposição para interlocução entre a sociedade e o CNJ", frisou a juíza Karen Luise Vilanova Souza.

A professora Silvane Magali, representando a secretária estadual de Direitos Humanos, Amanda Costa, observou que as falas da magistrada levam a pensar no compromisso do estado e da própria sociedade sobre a questão dos encarcerados e a situação prisional do país, que recai sobretudo sobre a população e juventude negras. "Não existem direitos humanos se não se pensa em situações estruturantes como o racismo, que é permeado pela situação de como a Justiça nos vê, nos trata e nos coloca na condição de seres humanos", avaliou.

"É muito importante termos uma pauta única que parta da provocação dos grupos para o estado, que ainda não enxerga as mulheres na condição de estudos, de pesquisas, análise de dados e muito menos uma pauta eficaz diante da realidade que vemos relacionada à violência que a mulher negra passa neste estado", observou a artista e representante do Grupo de Estudos Feminismos Negros "Marielle Franco", Lúcia Gato.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
01/12/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Presidente do TJMA recebe visita de novos(as) procuradores(as) do Município

Presidente do TJMA recebe visita de novos(as) procuradores(as) do Município

01/12/2022 02:02:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, recebeu visita institucional, nessa terça-feira (29), do procurador-geral do Município de São Luís, Bruno Duailibe, da procuradora-adjunta Valdélia Araújo, do presidente da Associação dos Procuradores Municipais de São Luís, João Simões Teixeira, do assessor jurídico do Gabinete da Procuradoria Geral do Município (PGM), Ivaldo Macieira; e do procurador Rafael Kriek.

Na oportunidade, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, conheceu os novos procuradores e as novas procuradoras do Município, Renata Medeiros, Jayme Toledo, Sahamia Ferreira, Ítalo Dantas e Luciano Pacheco, em que discutiram assuntos de interesses em comum para ambas instituições.

Durante a reunião, o desembargador Paulo Velten ressaltou a importância da atuação dos procuradores e das procuradoras para a Justiça maranhense e a sociedade. "O trabalho que vocês realizarão na Procuradoria é extremamente importante para a Justiça e a sociedade maranhense. Quando integramos uma instituição e vemos que ela eleva o nível em termos de resposta à sociedade e atendimento às expectativas das pessoas é algo que nos enche de emoção e vontade de trabalhar. Por isso, é fundamental que vocês se integrem e vistam a camisa. Sejam bem-vindos e aproveitem este novo momento", pontuou o presidente, desejando sucesso a todos e a todas, na nova caminhada profissional.

Na oportunidade, o desembargador Paulo Velten também falou sobre o alcance do projeto Justiça de Proximidade, desenvolvido pela Alta Administração do TJMA. Com o tema "Fazer bem e depressa por uma Justiça de proximidade", o programa pretende expandir os quatro eixos da gestão do atual biênio do Tribunal de Justiça do Maranhão (governança, resolutividade, integridade e transparência) para as comarcas do interior do Estado.

O procurador-geral do Município, Bruno Duailibe, enalteceu a relevância e o intuito da reunião com o presidente do TJMA, registrando agradecimentos especiais ao desembargador Paulo Velten. "Ter a oportunidade de trazer os novos procuradores e as procuradoras, aqui, junto ao desembargador Paulo Velten, presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a quem vivamente agradeço, é motivo de honra e alegria, não apenas para mim, como também para os procuradores. Este momento singular servirá de aprendizado e estímulo para os procuradores municipais começarem a desempenhar as suas respectivas funções de maneira entusiasmada com o Direito", frisou.

Durante o encontro, o presidente da Associação dos Procuradores Municipais de São Luís, João Simões Teixeira, entregou um boletim informativo produzido pela instituição em parceria com a Procuradoria do Município, no último ano. O documento divulga ações e conquistas judiciais e extrajudiciais alcançadas pelo órgão, destacando a importância da atuação da advocacia pública em diversas áreas.

O procurador João Simões enfatizou a importância do diálogo com o Judiciário maranhense para o

fortalecimento das instituições. "Essa recepção por parte do Tribunal de Justiça é crucial, afinal esse diálogo é muito importante para o fortalecimento das instituições para entrega de resultados à sociedade", afirmou.

NOVOS PROCURADORES

Os cinco novos procuradores e novas procuradoras do Município de São Luís, aprovados em concurso público, foram empossados na sede da Prefeitura de São Luís, no dia 18 de novembro de 2022.

A função do procurador é representar judicial e extrajudicialmente o Município, além de cuidar do planejamento, controle, coordenação e execução das atividades jurídicas de interesse da cidade.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CEMULHER
01/12/2022 - SITE O PROGRESSO
POSITIVA
Judiciário de Imperatriz atua na campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher

Judiciário de Imperatriz atua na campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher

Lema da campanha: 'Una-se Maranhão, pela vida e dignidade para todas!'
Comentar
Helena Barbosa
Asscom CGJAs mulheres em situação de violência podem recorrer à assistência dos órgãos que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - Fotos: Divulgação - Asscom CGJ

A Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Imperatriz participou das ações da campanha dos "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas" de 2022, de 18 de novembro a 9 de dezembro.

A campanha deste ano adotou o lema "Una-se Maranhão, pela vida e dignidade para todas!". O evento é realizado no Maranhão pelos órgãos que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, da qual faz parte a vara especializada.

As atividades da campanha contam com a colaboração dos profissionais da equipe multidisciplinar da Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Imperatriz.

PROGRAMAÇÃO
A programação começou no dia 18 de novembro, com uma panfletagem no calçadão de Imperatriz das 15h às 17h. No dia 22, foram ministradas duas palestras. A primeira, de manhã, para alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Santa Isabel do município de Davinópolis - termo judiciário da Comarca de Imperatriz. De tarde, a palestra abordou o "Dia da Consciência Negra", na sede do projeto social "Batuk", no bairro Vila Vitória.

No dia 23, foi realizada uma exposição e premiação de desenhos mulheres afros/CEIRI, na Defensoria Pública. 25, foi realizado um evento alusivo a um ano do funcionamento do Centro de Atendimento ao Autor de Violência contra a Mulher (CAAVM). Dia 29, a deputada Janaína Ramos ministrou a palestra "Violência de Gênero na Política".

Para dezembro, a campanha planeja a realização de uma ação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com moradores de rua, na sede do CEUMA. Dia 6, haverá um "pit stop" referente ao dia Nacional de Mobilização dos Homens em favor da campanha. Para o dia 8, está previsto um evento alusivo ao "Dia Nacional de Mobilização ids Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres – Campanha do "Laço Branco", na sede do CAAVM.

O encerramento das atividades deve ocorrer no dia 9 de dezembro - comemorativo do Dia dos Direitos Humanos Junto às mulheres em Cárcere", a ser realizado pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em parceria com a Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis.

ASSISTÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO

Além de poder solicitar medida protetiva à vara, as mulheres em situação de violência podem recorrer à assistência dos órgãos que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher: Delegacia Especializada da Mulher, Polícia Militar (Patrulha Maria da Penha), Promotoria Especializada em Atendimento à Mulher, Defensoria Pública estadual, Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM), Casa Abrigo "Dra. Ruth Noleto", Centro de Atendimento aos Autores de Violência Contra a Mulher (CAAVM), Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Imperatriz e Casa da Mulher Maranhense.

As vítimas dispõem, ainda, do telefone 180 (Central de Atendimento à Mulher) para acionar as autoridades da rede, que funciona de segunda a sexta-feira, com ligação gratuita.